

No frigir dos ovos

*MARCELO DE PAIVA ABREU**

O País está paralisado no marasmo em meio à crise política. Na economia, o governo se mostra incapaz de implementar mesmo as medidas que remediariam a crise fiscal e, incrivelmente, menciona a possibilidade de reformada Previdência, como sinal de bom comportamento que poderia reassegurar os mercados. A proposta põe governo e PT em posições opostas e tem pouco trânsito no Congresso. Até a semana passada a suspeita era de que Nelson Barbosa, após arruinar o botequim, estivesse tentando montar um discurso que, em meio à *débâcle*, o consagrasse como defensor da ortodoxia. Agora parece de novo alinhado aos experimentos irresponsáveis de Lula e Dilma, O PT, por seu lado, parece endossar sugestões absolutamente ineptas que advogam o uso das reservas internacionais para custear políticas de recuperação do nível de atividade...

As manifestações de domingo alimentaram esperanças de que se possa, afinal, virar a página do calamitoso governo Dilma Rousseff. Mas a interpretação do ocorrido não é trivial. As manifestações foram de repúdio ao governo e a Lula. E de apoio à Operação Lava Jato, ao juiz Sérgio Moro e ao impeachment. Mas foram também de repúdio aos políticos em geral, como indicaram as reações às tentativas de capitalização política por próceres do PSDB.

O cenário de possível impeachment impõe-se em vista das características da presidente, que confunde pertinácia com teimosia e tem enorme dificuldade em perceber o quanto suas penosas limitações estão sendo coletivamente onerosas, isso parece impedir a renúncia, que seria a alternativa menos traumática.

A concretização da remoção de Dilma Rousseff da Presidência está condicionada aos devidos processos legais, seja no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), seja nas duas Casas do Congresso Nacional. A alternativa de cassação da chapa pelo TSE, por envolver também o vice-presidente da República, seria mais promissora, pois ensejaria a recomposição de alianças políticas no quadro de uma nova eleição presidencial, mas, provavelmente, mais morosa. O impeachment depende da Câmara dos Deputados e do Senado, instituições encaradas com suspeição pela maioria da população. Presumivelmente, entretanto, a classe política seria sensível ao sentimento popular de repulsa ao atual governo, especialmente se for lépido o apoio nas ruas a Lula e Dilma, em resposta ao que se viu no domingo.

O impeachment da atual presidente pode, no máximo, ser condição necessária para que o País comece a virar o jogo que resultou na maior recessão da história republicana. Esquecendo as mirabolantes propostas de parlamentarismo vira-lata, ao arrepio das lições da história, a capacidade de um novo governo reverter as expectativas depende da combinação de sua legitimidade política com a qualidade das suas propostas econômicas. Isso impõe que as propostas do sucessor de Dilma – seja ele Michel Temer ou o eleito para mandato-tampão até 2018 – devem estar alinhadas com ideias prudentes sobre política econômica.

Seria trágico se a equipe econômica de Dilma fosse sucedida por gestores da política econômica

propensos a insistir nos mesmos erros. É difícil de exagerar as dificuldades que poderão enfrentar os sucessores de Barbosa, Coutinho e Tombini. Legitimados politicamente, terão de ajustar a carga fiscal, manter a política monetária restritiva, talvez abra a economia e, provavelmente, adotar medidas à semelhança da Grécia, que poderão envolver “haircuts” de todos os tipos, inclusive em salários e em direitos previdenciários. O que é ainda mais desafiador, a eleição de 2018 terá de ser disputada com base em programas que não poderão ser baseados, como foi o caso de Dilma Roussef sob orientação de João Santana, num rosário de mentiras sobre a futura ação do governo. Será requerido um mergulho na austeridade sem as disciplinas impostas pela União Europeia no caso grego.

* Doutor em Economia pela Universidade de Cambridge, é Professor Titular no Departamento de Economia da PUC-Rio.